

SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Francis França⁹

Biscaia aponta integração entre forças policiais, Ministério Público e judiciário como caminho para combater a violência e a criminalidade

Não há maior incentivo para o crime do que a certeza da impunidade, e bani-la exige responsabilidade e esforço conjunto de todas as instituições envolvidas com a persecução penal. Este foi o tom da palestra do Secretário Nacional de Segurança Pública, Antônio Carlos Biscaia, no dia 9 de novembro, em Canela (RS), durante o Congresso Nacional de Oficiais Militares Estaduais (Coname).

Biscaia, que atuou por quase 30 anos no Ministério Público do Rio de Janeiro, defende a integração entre as forças policiais e o ciclo completo de polícia para o combate ao crime, e parabenizou a iniciativa de alguns comandos da Polícia Militar em realizar o termo circunstanciado para infrações de menor potencial ofensivo. Ao criticar o envolvimento de membros da classe política, do judiciário e das forças policiais com atividades criminosas, o secretário disse que os maus elementos devem ser afastados, mas que as instituições precisam ser preservadas, e os profissionais que honram seus postos, reconhecidos. Leia, a seguir, os principais temas tratados na palestra.

Pronasci e Força Nacional

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) busca aliar políticas sociais com políticas efetivas de segurança. Segundo Biscaia, o programa

⁹ Jornalista – MTb/SC 2717-JP

é o equilíbrio entre duas posições equivocadas que tiveram lugar entre governantes nas últimas décadas. “Alguns achavam que a segurança pública deveria ser abandonada, porque quando o país superasse o quadro de desigualdade, concentração de renda e falta de cidadania, teríamos resolvido a violência. Já outros defendiam de forma isolada a repressão como solução. Essas duas posições devem ser conjugadas e tratadas por quem entende do assunto, porque é muito fácil traçar programas em escritórios bem acomodados ou em universidades, sem conhecer a realidade daqueles que efetivamente enfrentam esse problema no cotidiano, que são as instituições policiais”, disse.

O secretário destacou a atuação da Força Nacional, que conquistou respeitabilidade e deve contar em breve com uma sede em Brasília (DF), com contingente aquartelado e pronto para agir. “A Força Nacional representa os entes federados e precisa do apoio dos policiais militares capacitados de todo o País. Para isso precisamos da compreensão dos comandos, que, muitas vezes, têm de abrir mão de uma parcela do seu contingente para que possamos cumprir esta missão.”

Deve ser lançado, em breve, edital para a elaboração de estudo sobre a Força Nacional e, ainda nos primeiros meses do ano, Biscaia apresentará proposta de alteração na legislação. Segundo ele, a contratação de quadro próprio para atuar na Força Nacional ainda será discutida. “Acredito que ao representar uma força federal, seria mais importante que ela fosse integrada por policiais militares dos Estados. O símbolo da Força Nacional como representante dos estados é muito mais significativo.”

Crime organizado

Biscaia informou que, segundo dados oficiais, a criminalidade organizada transnacional está entre as atividades que mais movimentam recursos no mundo. Na disputa pelo primeiro lugar, junto com o petróleo, estão atividades que fomentam a violência: tráfico de drogas e de armas. Para o secretário, a maior preocupação é o fato de que os tentáculos do crime organizado já alcançam os poderes do Estado. “Há 35 anos, quando eu concluí a faculdade de Direito, era impossível imaginar que pudesse haver alguém no judiciário envolvido com o crime organizado, e, hoje, isso acontece, lamentavelmente, em todo o País.”

A crítica estendeu-se a parlamentares de todas as esferas, federal, estadual e municipal que têm apoio e financiamento do crime organizado. Segundo Biscaia, qualquer negociação com unidades criminosas é comprometimento. “Alguém que tem o

meu perfil de enfrentamento da criminalidade não pode fazer campanha política em certas áreas. E se um político, para fazer campanha, pede permissão ao chefe do tráfico, ele já está se envolvendo com essa atividade criminosa. Isso é intolerável e insustentável. Ou o Estado garante que ele possa ingressar naquela área ou ele não vá, porque ele não pode negociar, ele não pode legitimar aquela posição de violência e criminalidade.”

Combate à impunidade

O secretário defendeu o comprometimento de todas as instituições envolvidas com a persecução penal para combater a impunidade, que, segundo ele, é o maior incentivo que existe para a criminalidade no País. “A responsabilidade é integral de todas as instituições. Uma parcela considerável – talvez a mais importante – seja das instituições policiais, mas o Ministério Público e o judiciário também têm sua parcela. O Ministério Público precisa buscar parcerias com a força policial, e o judiciário, mesmo sendo um poder inerte, precisar ter compreensão. Ele não presta seu melhor serviço à sociedade quando, por um filigrana de natureza processual, concede liberdade anulando trabalhos bem elaborados das instituições policiais.” Biscaia esclarece que não se trata de ignorar garantias constitucionais essenciais a todo o réu, como a ampla defesa do contraditório, mas que o trabalho sério da força policial não deve ser anulado pelos tribunais com base em brechas da lei.

Ciclo completo de polícia

Biscaia acha desnecessário discutir a unificação das forças policiais, tendo em vista o modelo constitucional brasileiro, que estabeleceu as diversas polícias em suas esferas e competências. Para ele, o que se deve buscar é a integração. “O que a sociedade quer hoje? Uma resposta para esses insuportáveis índices de violência e criminalidade. Quando se enuncia uma questão como essa, está lá, com todas as letras: ciclo completo de polícia”.

O secretário não tinha conhecimento do desempenho da Polícia Militar em diversos estados, com relação ao termo circunstanciado (TC) para infrações de menor potencial ofensivo, como previsto na lei nº 9.099, e elogiou a iniciativa, considerada por ele um avanço. “Serei um defensor permanente dessa tese”, disse. Ele conta que sua

posição favorável ao ciclo completo de polícia tem provocado polêmica e protestos, e critica as reações contrárias com razões meramente corporativas. “Com esse quadro todo de criminalidade, porque a Polícia Militar não pode lavrar um flagrante no quartel? Para combater a violência em nosso país, não se pode tolerar conflito entre corporações enquanto a sociedade fica desassistida.”

O Comandante Geral da Brigada Militar, Coronel Nilson Nobre Bueno, também tratou do assunto e contou que, durante um curso que fez no Chile com oficiais de 16 países, soube que a Polícia Militar brasileira é a única do mundo que não tem o ciclo completo de polícia. “Colegas de outros países brincavam que o brasileiro tinha que ir a uma delegacia de polícia prestar conta do seu serviço”, disse. Segundo ele, a Brigada Militar, no Rio Grande do Sul, já alcançou 80% da meta do ciclo completo, com a realização do termo circunstanciado em contravenções e crimes com penas de até dois anos. “Isso nos deu maior oportunidade de agir e acabou com a impunidade nos crimes de menor potencial ofensivo”, disse Bueno, que está em contato com os demais comandantes gerais para ampliar a realização dos TCs.

Valorização dos policiais

O secretário nacional de Segurança Pública destacou a importância de valorizar o policial como ser humano e elevar sua auto-estima para conscientizá-lo de sua responsabilidade. “Lamentamos que existam desvios de conduta, mas eles não podem contaminar toda a instituição. As instituições têm que ser preservadas. Nós temos que afastar os maus policiais assim como temos que afastar os maus membros do Ministério Público e os maus magistrados, mas as instituições têm que ser preservadas. Dentro do regime democrático de direito, não podemos prescindir do Poder Judiciário, Ministério Público e Poder Legislativo ou das instituições policiais.” Biscaia defende que, ao mesmo tempo em que é preciso excluir os membros que se desviam e contaminam a instituição, é preciso valorizar aqueles que honram o juramento que fizeram ao ingressar na polícia.

Em relação ao piso salarial, o secretário falou sobre a bolsa de complementação, prevista pelo Pronasci. “Com a aprovação do Pronasci o objetivo é termos uma complementação salarial para que nenhum integrante das forças policiais perceba menos do que R\$ 1.400,00 por mês”, disse. Segundo o secretário, a complementação não é

automática e vai depender de contatos com os comandos da Polícia Militar, mas deve permitir melhoria salarial para número significativo de integrantes das forças policiais.

Destaques sugeridos:

“A realização do termo circunstanciado é um avanço extraordinário da Polícia Militar em vários estados. Serei um defensor permanente dessa tese”

“Com esse quadro todo de criminalidade, porque a Polícia Militar não pode lavrar um flagrante no quartel? Para combater a violência em nosso país, não se pode tolerar conflito entre corporações enquanto a sociedade fica desassistida.”

“Se um político, para fazer campanha, pede permissão ao chefe do tráfico, ele já está se envolvendo com a atividade criminosa.”

“Temos que afastar os maus policiais assim como temos que afastar os maus membros do Ministério Público e os maus magistrados. Mas as instituições têm que ser preservadas.”